



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGADR
Direcção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PROGRAMAÇÃO



RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE
CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

DGADR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO **DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INTERACÇÕES CONEXAS**



LISBOA
2011

ÍNDICE

1 – Introdução	- 3 -
2 – Estrutura Orgânica	- 4 -
3 - Controlo e Monitorização do Plano	- 7 -
ANEXOS	- 33 -

1 – INTRODUÇÃO

A Convenção contra a Corrupção foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de Outubro de 2003, sendo adoptada em Portugal através da Resolução da Assembleia da República n.º 47/2007, de 21 de Setembro, a qual foi ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 97/2007, de 21 de Setembro.

Tendo presente a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de Julho de 2009, a DGADR elaborou e submeteu ao CPC o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

No que respeita à definição das áreas de risco, o PGRIC da DGADR debruçou-se sobre as atribuições da Direcção-Geral.

No plano da DGADR estavam previstos dois tipos de instrumentos de monitorização. Um, já previsto na própria Recomendação do CPC, o relatório anual de execução do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas que constitui este documento e um outro, o controlo e monitorização por parte do grupo de trabalho nomeado (Controlo Interno). Como medida complementar foi elaborado um código de conduta para os funcionários.

A gestão é um processo de análise metódica dos riscos inerentes às actividades de prossecução das atribuições e competências das instituições, tendo por objectivo a defesa e protecção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se, assim, o interesse colectivo.

O elemento essencial é, pois, a ideia de risco, que podemos definir como a possibilidade eventual de determinado evento poder ocorrer, gerando um resultado irregular.

A gestão do risco é uma responsabilidade de todos os trabalhadores das instituições, quer dos membros dos órgãos, quer do pessoal com funções dirigentes, quer do mais simples funcionário.

O controlo interno é uma componente essencial da gestão do risco, funcionando como salvaguarda da rectidão da tomada de decisões, uma vez que previne e detecta situações anormais.

O objecto deste relatório é o registo da existência do controlo interno e monitorização do PGRIC na DGADR pretendendo-se também, e após a sua divulgação pelos responsáveis pela implementação das medidas, que cada um tome consciência do esforço que ainda falta fazer.

2 – ESTRUTURA ORGÂNICA

De acordo com o disposto no Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro, na Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, e no Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, a DGADR encontra-se assim estruturada:

Director-Geral

- Subdirector-Geral
- Subdirector-Geral

Conselho Nacional do Regadio

Conselho Nacional de Protecção das Culturas

Serviços de Apoio

Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

- Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH)
- Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)
- Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)

Serviços Operativos

Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)

- Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- Divisão de Formação e Associativismo (DFA)
- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)

Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)

- Divisão de Infra-estruturas Hidráulicas (DIH)
- Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)
- Equipa de Mecanização e Apoio a Projectos (EMAP)

Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)

- Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)
- Divisão da gestão do Regadio e da Qualidade da Água (DGRQA)

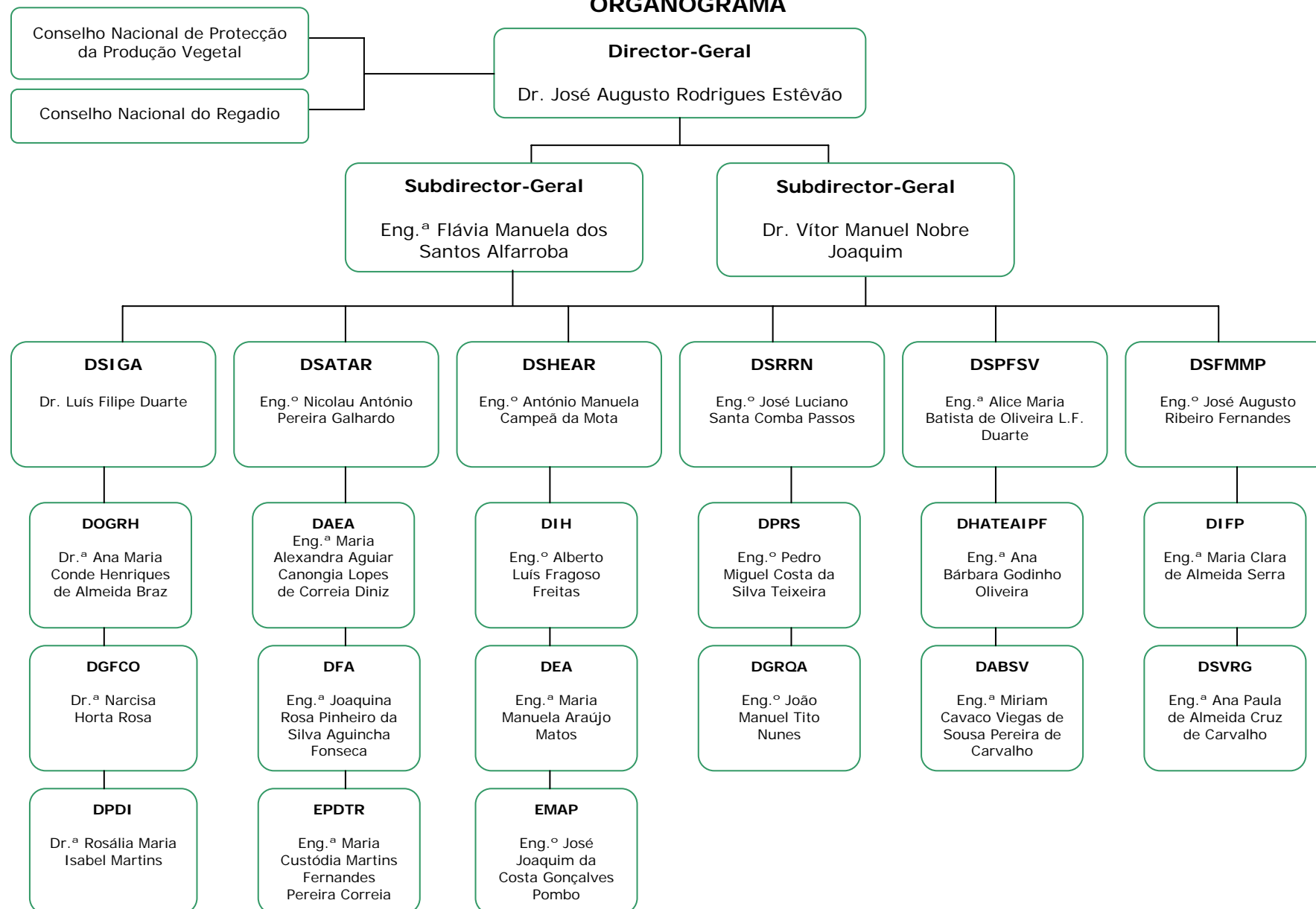
Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)

- Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)
- Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)

Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)

- Divisão de Inspecção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)
- Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)

ORGANOGRAMA



3 - CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO PLANO

Em cada unidade orgânica é responsável pela implementação do Plano o respectivo Director de Serviços coadjuvado pelos correspondentes Chefes de Divisão e Chefes de Equipa (quando aplicável).

Por despacho do Director-Geral foi constituído um Grupo de Coordenação e Monitorização do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, para coordenar a sua implementação, realizar reuniões periódicas de acompanhamento e elaborar o relatório anual de execução do Plano.

Durante o primeiro semestre o grupo de trabalho realizou duas reuniões de acompanhamento.

No âmbito da divulgação do PGRIC e acções de sensibilização de todos os colaboradores da DGADR foi elaborado o folheto de sensibilização (em anexo) alertando para a existência do Plano disponível a todos os colaboradores da DGADR na intranet e no site.

No Plano, organizado por unidades orgânicas foram identificados os riscos potenciais e as medidas preventivas. Para o relatório de acompanhamento foi acrescentada uma coluna para registo da monitorização e controlo. O relatório anual de execução reflete o actual ponto da situação (quadros seguintes). Na generalidade todas as medidas foram implementadas ou estão em fase de implementação prevendo-se a sua conclusão até ao final de 2011.

Relativamente às medidas complementares, designadamente:

- Promoção de uma cultura anti-corrupção na DGADR através de acções de divulgação a realizar junto dos seus colaboradores - Alguns responsáveis pela implementação das medidas preventivas realizaram reuniões de informação e formação com os seus colaboradores.
- a elaboração do Código de Conduta para os colaboradores da DGADR – foi submetido a despacho superior e divulgado na Intranet
- os modelos de declaração de compromissos relativas a incompatibilidades, impedimentos e escusa, foram uniformizados (em anexo) tendo como objectivo generalizar o seu uso;
- os procedimentos de algumas áreas de actuação da DGADR estão já disponíveis;

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)					
Unidade Flexível: Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Aquisição de Bens e Serviços	Processos de aquisição de bens e serviços	Aquisições diversas ao mesmo fornecedor	DECISÃO: Órgão Competente -Director-Geral (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Colaborador da Unidade Orgânica (U.O)	<ul style="list-style-type: none"> ◊ Implementação de controlo de montantes totais adjudicados em ajustes directos ◊ Melhoria dos procedimentos existentes visando o reforço das medidas de prevenção ◊ Aumento da rotatividade de fornecedores/prestadores de serviços 	Todas as medidas implementado a 31 de Dezembro de 2010 (a)
		Supressão dos procedimentos necessários/fases de realização de despesa (ex. cabimentação prévia e autorização da despesa pelo órgão competente)		<ul style="list-style-type: none"> ◊ Maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre as fases obrigatórias nos procedimentos de contratação 	Implementado a 31 de Dezembro de 2010 (b)
	Aquisição de bens	Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano		<ul style="list-style-type: none"> ◊ Maior exigência na planificação das actividades com a adequada antecedência (Plano de Actividades); melhoria do processo de gestão 	Implementado a 31 de Dezembro de 2010 (c)
		Fraccionamento da despesa		<ul style="list-style-type: none"> ◊ Maior exigência na planificação das actividades com a adequada antecedência (Plano de Actividades); melhoria do processo de gestão 	Implementado a 31 de Dezembro de 2010 (d)
	Verificação de material aquando da sua recepção.	Desvio ou não fiscalização da quantidade e qualidade dos bens recebidos		<ul style="list-style-type: none"> ◊ Conferência física do inventário no final do ano 	Implementado a 31 de Dezembro de 2010 (e)

- a) Elaboração de BD para registo e controlo dos limites financeiros fixados no n.º 2 do artigo 113.º do CCP (Código Contratos Públicos) para os procedimentos de contratação por ajuste directo, fundamentados nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º.
- b) Articulação estreita entre a divisão financeira e as divisões técnicas e disponibilização de modelos normalizados para os vários tipos de procedimento. Todos os procedimentos são verificados e sujeitos a cabimento prévio antes da necessária autorização pelo órgão competente.
- c) A DSIGA/DGFCO procedeu ao levantamento das necessidades nas áreas que lhe competem directamente, consumos de secretaria, consumíveis informática, combustíveis.
- d) O material é verificado e conferido no momento da recepção.
- e) Foi elaborado o inventário dos bens de economato existentes.

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Aquisição de Estudos e Serviços	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro, Secretário de Estado, DG) Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Diversificar a composição do júri ◇ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet ◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento ◇ Apresentação de declaração de não impedimento 	Foram seguidos os procedimentos adequados à aquisição de serviços por adjudicação directa. Todos os procedimentos foram autorizados sobre informação.
Emissão de pareceres sobre operações de Emparcelamento Simples	Elaboração de declaração	Favorecimento de beneficiário de emparcelamento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Chek list de documentação apresentada ◇ Manual de procedimento 	Em todos os casos foi efectuada a validação documental e emitida a declaração face à legislação em vigor.
Arrendamento de parcelas da Reserva de Terras do Emparcelamento	Contrato de arrendamento	Favorecimento na escolha do rendeiro	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Seleção do rendeiro (quando necessária): Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Aviso afixado em locais públicos na área onde se situam os prédios a arrendar, com indicação de: data limite para apresentação das propostas, critérios para estabelecimento da renda e critérios de selecção dos candidatos 	Implementado
Actos de gestão das candidaturas da medida "Cessação da Actividade Agrícola" e "Reforma Antecipada"	Substituição de cessionário	Facilitar a verificação das condições necessárias ao cessionário	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de parecer: Técnico da U.O. Elaboração de proposta: DRAP	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Verificação do cumprimento da legislação aplicável 	Implementado

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Controlo da medida "Cessação da Actividade Agrícola"	Seleção da amostra	Favorecimento de beneficiário na seleção da amostra de controlo	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> Procedimento aprovado pelo órgão competente (DG) Utilização de programa de selecção aleatória dos beneficiários a controlar 	Implementado
	Análise dos resultados de controlo	Favorecimento na verificação dos resultado de controlo	Validação de proposta a submeter a decisão do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP): Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de parecer: Técnico da U.O. Elaboração de proposta: Direcção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP)	<ul style="list-style-type: none"> Circular normativa Ficha de controlo 	Implementado
Reconhecimento e acompanhamento de entidades para prestação de serviços de aconselhamento agrícola	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG, na qualidade de Autoridade de Gestão do Serviço de Aconselhamento Agrícola) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Seleção do rendeiro (quando necessária): Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> Anúncio do início do processo de reconhecimento e caderno de encargos divulgados na página internet da DGADR. Publicitada no mesmo site a identificação de todas as entidades reconhecidas. 	Implementado
	Acções de acompanhamento	Favorecimento na seleção da amostra de acompanhamento;	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> Procedimento aprovado pelo órgão competente (DG) Utilização de programa de selecção aleatória dos beneficiários a controlar 	Implementado
		Favorecimento na verificação dos resultado		<ul style="list-style-type: none"> Manual de procedimentos Ficha de acompanhamento Acções realizadas por pelo menos dois técnicos 	Implementado

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Reconhecimento de técnicos para prestação de serviços de apoio técnico em "Modo de Produção Integrada" e "Modo de Produção Biológico"	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Chek list da documentação apresentada ◇ Manual de procedimentos ◇ Divulgação dos técnicos reconhecidos na página Internet da DGADR 	Implementado, estando em preparação a divulgação dos técnicos reconhecidos que autorizarem, na página Internet da DGADR.

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Formação e Associativismo (DFA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Aquisição de Estudos e Serviços	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro, Secretário de Estado, DG) Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Diversificar a composição do júri ◇ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet ◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento ◇ Apresentação de declaração de não impedimento 	Apenas executamos procedimentos de aquisição de serviços por ajuste directo simplificado e regime geral, tendo sobre todas as fases do procedimento sido exarados despachos em informações executadas para o efeito. Apesar destes procedimentos não obrigarem a constituição de júri de avaliação, no caso dos de ajuste directo regime geral garantimos a rotatividade através dos técnicos que procederam à análise das propostas.

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Formação e Associativismo (DFA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Homologação de acções de formação	Homologação	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Chek list da documentação apresentada ◇ Manual de procedimentos 	Em todos os processos de pedido de homologação de cursos foi aplicado a <i>checklist</i> de verificação da documentação apresentada comparativamente ao determinado na legislação em vigor. De igual forma a análise dos pedidos foi efectuada seguindo passo a passo os procedimentos determinados na legislação, sendo propostos em informação sobre a qual foram emitidos pareceres hierárquicos e exarado Despacho.

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Formação e Associativismo (DFA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Reconhecimento da natureza agrícola das cooperativas.	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Chek list da documentação apresentada ◇ Manual de procedimentos ◇ Divulgação das Cooperativas reconhecidas na página Internet da DGADR 	Os pedidos de reconhecimento iniciam-se nas DRAP'S e são requeridos à DGADR através do envio de Informação Técnica, com a documentação do requerente em anexo, sobre a qual foi exarado despacho favorável ao reconhecimento. Na DGADR confirma-se por <i>checklist</i> a referida documentação e avalia-se os procedimentos de acordo com a respectiva legislação em vigor e com o descrito no seu sítio em ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA. No que se relaciona com a divulgação estamos a terminar a actualização das bases de dados.

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Formação e Associativismo (DFA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Reconhecimento de Sociedades de Agricultura de Grupo	Reconhecimento	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Chek list da documentação apresentada ◇ Manual de procedimentos ◇ Divulgação das Cooperativas reconhecidas na página Internet da DGADR 	Os pedidos de reconhecimento iniciam-se nas DRAP'S e são requeridos à DGADR através do envio de Informação técnica, com a documentação do requerente em anexo, sobre a qual foi exarado despacho favorável ao reconhecimento. Na DGADR confirma-se por <i>checklist</i> a referida documentação e avalia-se os procedimentos de acordo com a respectiva legislação em vigor e com o descrito no seu sítio em ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA. No que se relaciona com a divulgação estamos a terminar a actualização das bases de dados.

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Aquisição de Estudos e Serviços	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro, Secretário de Estado, DG) Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Diversificar a composição do júri ◇ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet ◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento ◇ Apresentação de declaração de não impedimento 	Relativamente às medidas preventivas têm sido cumpridas a diversificação da composição do júri, as nomeações rotativas e têm sido acauteladas as situações de impedimento. No que se refere à nomeação rotativa por Ordens de serviço publicadas na Intranet elas são realizadas aquando de concursos públicos. Quando se refere a ajustes directos o procedimento é indicar o júri em informação, onde é exarado despacho do DG a concordar.
Emissão de Pareceres sobre pedidos de Reconhecimento de Artesãos e Unidades Produtivas Artesanais	Emissão do Parecer	Favorecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Existência no processo de toda a informação necessária à decisão ○ Existência de procedimentos escritos e de check-list para confirmação dos documentos obrigatórios ◇ Elaboração de proposta de parecer por técnico designado ○ Existência de legislação que enquadra o parecer ◇ Validação da proposta de parecer 	Implementado

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)					
Unidade Flexível: Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Emissão de Pareceres sobre empreendimentos de Turismo em espaço Rural	Emissão do Parecer	Favorecimento	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Equipa e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnico da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Existência no processo de toda a informação necessária à decisão ○ Existência de procedimentos escritos ◇ Elaboração de proposta de parecer por técnico designado ○ Existência de legislação que enquadra o parecer 	Implementado

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Infra-estruturas Hidráulicas (DIH)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Aquisição de Estudos e Serviços	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro; Secretário de Estado; DG) Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Diversificar a composição do júri <ul style="list-style-type: none"> ○ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet 	Ordens de Serviços
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento <ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação de declaração de não impedimento 	Declaração de não impedimento
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Limitar a participação nos júris dos procedimentos de quem preparou as respectivas peças ◇ Assegurar a identificação do técnico que preparou o procedimento 	Informação de procedimento
	Elaboração de cláusulas técnicas	Favorecimento de fornecedores de materiais ou equipamentos a aplicar	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Omissão de quaisquer marcas comerciais ou mesmo a referência "tipo" 	Cadernos de encargos Mapas de quantidades
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Quem preparar as cláusulas técnicas pode integrar o júri do procedimento mas será sempre minoritário 	Informação de procedimento

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Empreitadas de Obras Públicas	Adjudicação	Favorecimento na escolha do Adjudicatário	DECISÃO: Órgão Competente (Ministro; Secretário de Estado; DG) Proposta: Júri do Procedimento	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Diversificar a composição do júri <ul style="list-style-type: none"> ○ Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet 	Ordens de Serviços
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento <ul style="list-style-type: none"> ○ Apresentação de declaração de não impedimento 	Declaração de não impedimento
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Limitar a participação nos júris dos procedimentos de quem preparou as respectivas peças ◇ Assegurar a identificação do técnico que preparou o procedimento 	Informação de procedimento
	Elaboração de cláusulas técnicas dos procedimentos	Favorecimento de fornecedores de materiais ou equipamentos a aplicar	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Omissão de quaisquer marcas comerciais ou mesmo a referência "tipo" 	Cadernos de encargos Mapas de quantidades
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Quem preparar as cláusulas técnicas pode integrar o júri do procedimento mas será sempre minoritário 	Informação de procedimento
	Fiscalização da Empreitada	Favorecimento do Adjudicatário	Activos Fiscais de Campo Engº. Fiscal (Dono de obra) Verificação: Chefe de Divisão, Director de Serviços Nomeação: Director-Geral	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Evitar que a equipa de fiscalização integre mais do que 1 elemento do júri do procedimento 	Ordens de Serviços
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Justificação fundamentada dos trabalhos a mais (caso existam) e de acordo com a legislação em vigor 	Informação
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ A equipa de fiscalização só será nomeada em Ordem de Serviço após conhecimento do adjudicatário 	Ordens de Serviços
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ A equipa de vistoria para as recepções não incluirá qualquer elemento da fiscalização 	Ordens de Serviços

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)					
Unidade Flexível: Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Expropriações *	Adjudicação do Perito de Lista Oficial	Favorecimento na escolha	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Diversificar a escolha ◇ Fazer um programa que assegure a escolha aleatória do Perito, de entre os mais habilitados na área de terrenos e bens rústicos e/ou agrícolas 	Informação
Indemnizações *	Cálculo do Valor da Indemnização	Favorecimento por avaliação mais elevada a algum proprietário	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Criar tabelas que sejam utilizadas por todos os técnicos 	Tabelas aprovadas

- Em qualquer das situações poderá ser pedida uma declaração aos intervenientes em como não têm qualquer tipo de impedimento por conhecimento ou grau de parentesco de forma directa ou indirecta com o indemnizado e/ou expropriado

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)					
Unidade Flexível: Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Participação em Planos de Ordenamento do território	Classificação de solos em sede dos Planos de Ordenamento do Território	Favorecimento de privados ou Organizações na Reclassificação do solo de Rural para urbano, com a criação de mais valias	DECISÃO: Órgão Competente – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), Comissão de Acompanhamento (CA) Proposta: Votação no âmbito da CA e pareceres sectoriais	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Acautelar situações de impedimento ou interesses particulares por parte do representante na CA <ul style="list-style-type: none"> ○ Triagem dos representantes nas CA com exclusão dos que apresentem incompatibilidades ou interesses pessoais na área de actuação ◇ Assegurar a rotatividade da representação nas CA e a coordenação interna das respectivas intervenções <ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão da participação nos vários planos, coordenação superior por dossier e uniformização dos procedimentos ◇ Produção e aplicação de Manual de Procedimentos através da divulgação e formação 	Procedimento implementado.
	Pareceres e consultas prévias	Gerar direitos adquiridos, expectativas e ou especulação imobiliária nas fases preparatórias dos planos	Elaboração: técnicos da Unidade Orgânica Verificação: Chefe de Divisão; Director de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Contactos somente a nível oficial e por escrito ◇ Envolvimento permanente do superior hierárquico nos contactos ◇ Solicitação dos todos os elementos de decisão, cartografia e memórias descritivas a título oficial, previamente à emissão de qualquer parecer. 	Procedimento implementado

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)					
Unidade Flexível: Divisão da Gestão do Regadio e da Qualidade da Água (DGRQA)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Processo de não utilização de solos Agrícolas, de área beneficiada, de prédio em Aproveitamento Hidroagrícola	Não Utilização de solos agrícolas de acordo com o disposto no art. 95.º do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril.	Favorecimento de Privados ou Organizações na inutilização de solos, de parcelas dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, com a criação de mais valias	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Acautelar situações de impedimento ou interesses particulares por parte dos intervenientes <ul style="list-style-type: none"> ○ Triagem dos intervenientes / técnicos com exclusão dos que apresentem incompatibilidades ou interesses pessoais na área de actuação ◇ Assegurar a coordenação interna das respectivas intervenções <ul style="list-style-type: none"> ○ Coordenação superior por processo e uniformização dos procedimentos ◇ Produção e aplicação de Manual de Procedimentos através da divulgação e formação 	Procedimento implementado . Existência de fluxograma identificador dos procedimentos
	Pareceres e consultas prévias	Gerar direitos adquiridos, expectativas e ou especulação imobiliária nas fases preparatórias dos processos	Elaboração: técnicos da Unidade Orgânica Verificação: Chefe de Divisão; Director de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Contactos somente a nível oficial e por escrito ◇ Envolvimento permanente do superior hierárquico nos contactos ◇ Solicitação dos todos os elementos de decisão, cartografia e memórias descritivas a título oficial, previamente à emissão de qualquer parecer. 	Procedimento implementado

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)					
Unidade Flexível: Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Avaliação de produtos fitofarmacêuticos e biocidas preservadores de madeira e concessão de Autorizações Provisórias de Venda ou Autorizações de Venda	Concessão de Autorizações Provisórias de Venda ou Autorizações de Venda	Favorecimento da empresa na emissão de pareceres das diversas áreas intervenientes na oportunidade da análise ou da concessão da autorização de venda.	<p>DECISÃO: Órgão Competente (DG)</p> <p>Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços</p> <p>Elaboração de proposta: Técnicos da U.O. com base nos pareceres das áreas de avaliação biológica, físico-química e toxicologia, ambiente, ecotoxicologia e avaliação de resíduos.</p>	<p>◇ Data de entrada dos processos controlada</p> <p>○ Existência de aplicação informática com registo de movimentos (entradas, circuito e finalização) relativos a cada processo.</p>	I. Implementado em base de dados (a)
				<p>◇ Contacto dos avaliadores com as firmas resumidas a contactos oficiais estritamente necessários e relacionados com pedidos de esclarecimentos decorrentes de avaliação técnica dos processos</p> <p>○ Aplicação estrita de manual de procedimentos</p>	II. Procedimento identificado e implementado (b) Execução do Manual de Procedimentos para as restantes áreas – em fase de finalização (c)
				<p>◇ Designação de interlocutor com as empresas, sem intervenção na decisão</p> <p>○ Assegurar um único canal de contacto</p>	III. Procedimento implementado (d)

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)					
Unidade Flexível: Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Controlo das condições de autorização de produtos fitofarmacêuticos preservadores de madeira	Recolha de amostras de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira para efeitos de controlo.	Informação privilegiada e antecipada do programa de colheita de amostras.	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Acompanhamento do cumprimento do programa de controlo. <ul style="list-style-type: none"> ○ Elaboração do plano de controlo com discriminação de substâncias activas e locais de amostragem. 	I. A implementar - posto de trabalho em formação (e)
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Acto de recolha de amostras sem conhecimento prévio. <ul style="list-style-type: none"> ○ Distribuição de tarefas em todo o acto de controlo. 	II. A implementar - posto de trabalho em formação (f)
				<ul style="list-style-type: none"> ◇ Existência de manual de procedimentos <ul style="list-style-type: none"> ○ Elaboração de manual de recolha e amostragem de produtos fitofarmacêuticos preservadores de madeira. 	III. Existência de fluxograma identificador do procedimento – Manual de Procedimentos em elaboração (g)

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)					
Unidade Flexível: Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Reconhecimento e inspecção da actividade das Organizações Oficialmente Reconhecidas (O.O.R)	Reconhecimento das actividades das O.O.R.	Favorecimento das O.O.R durante o processo de reconhecimento e respectiva manutenção com base em pareceres.	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Chefe de Divisão e Director de Serviços Elaboração de proposta: Técnicos da U.O.	I. Registo das entradas dos processos – Auditorias aleatórias aos registos	I. Implementado (a)
				II. Registo dos actos conducentes ao parecer favorável ao reconhecimento – Elaboração de base de dados	II. Implementado (b)
				III. Escolha aleatória dos técnicos das equipas de inspecção – Registo da indicação dos técnicos para o acto inspectivo	III. Implementado. (c) Aguarda-se concurso para técnico superior.
				IV. Designação de interlocutor com as empresas, sem intervenção na decisão. – Assegurar um único canal de contacto	IV. Já Implementado (d)

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)					
Unidade Flexível: Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Acreditação dos Técnicos responsáveis de acordo com o D.L n.º 173/2005.	Acreditação de Técnico Responsável	Favorecimento dos requerentes relativamente aos requisitos exigidos por Lei	DECISÃO: Director de Serviços Proposta: Equipa de Avaliação	I. Existência de Manual de Procedimentos. – Elaboração do manual de Procedimentos	I. Em fase de finalização (a)
				II. Verificação aleatória das condições de admissão – Garantia de cruzamento de dados	II. Implementado (b)
				III. Registos das entradas dos processos – Existência de base de dados	III. Implementado (c)
Autorizações para o exercício de actividades de comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos	Autorização de exercício de actividade de comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos	Favorecimento dos requerentes nas decisões sobre pareceres enviados pelas DRAP.	DECISÃO: Órgão Competente (DG) Proposta: Director de Serviços Elaboração de proposta: Equipa de Avaliação	I. Existência de Manual de Procedimentos – Elaboração do Manual de Procedimentos	I. Em fase de finalização (d)
				II. Registo das entradas dos processos – Existência de base de dados	II. Implementado (e)

DSPFSV - DHATEAIPF

I (a)- Existe registo da data de entrada dos processos em base de dados resultante de aplicação informática desenvolvida expressamente para o efeito. Da base de dados consta ainda, entre outra informação pertinente, o registo de todo o fluxo de informação interna e respectivas datas e o registo de toda a documentação para e do exterior.

II (b)- Procedimento já identificado e implementado seguindo directrizes transmitidas pelo responsável da área. A elaboração do Manual de Procedimentos já está em curso prevendo-se que a sua conclusão ainda durante o 1.º semestre.

II (c)- Elaborado Manual de “Procedimentos internos para a avaliação biológica de produtos fitofarmacêuticos”. Execução do Manual de Procedimentos para as restantes áreas – em fase de finalização.

III (d)- Procedimento já identificado e implementado seguindo directrizes transmitidas pelo responsável da área, respeitando-se assim a ética e a deontologia exigida em qualquer Código de Conduta.

- I (e)-** Em processo de implementação da operacionalidade do Laboratório, desenvolvendo-se em seguida os estudos iniciais do Programa de Controlo com discriminação de substâncias activas locais e locais de amostragem.
- II (f)-** O acto de recolha de amostras só é do conhecimento do executor do acto aquando do início da deslocação. A pretendida escolha aleatória do técnico colector de amostras estará dependente de ocupação de posto de trabalho. (colaborador a exercer funções na inspecção do NMP)
- III (g)-** A elaboração do Manual de Procedimentos com base no fluxograma existente, já está em curso prevendo-se que a sua conclusão até final do ano de 2011.

DSPFSV- DABSV

- I (a)-** Existe Lista com informação (nome, contactos e nº de certificado) sobre as O.O.R. (Organizações Oficialmente Reconhecidas) no sítio da DGADR. Existe registo interno que inclui a data de entrada do pedido de reconhecimento. A fidelidade dos dados é confirmada aleatória e periodicamente. A Lista e o registo interno são actualizados aquando da entrada de novo registo.
- II (b)-** O Registo interno contém acervo de dados sobre os actos conducentes à aprovação ou não aprovação do pedido.
- III (c) -** Dada a especificidade da inspecção, a equipe da visita é escolhida aleatoriamente por especialidade e os dados recolhidos, actos, data e relatório, ficam associados à base de dados “registo interno”
- IV (d)-** O contacto directo com as empresas é assegurado e filtrado por técnico administrativo, sem intervenção na decisão final. As dúvidas e esclarecimentos são assegurados via e-mail. Outro contacto directo requerido é assegurado, em exclusivo, pelo Chefe de Divisão da área ou por quem o substitui.

DSPFSV

- I (a) –** Processo em curso, conversão do fluxograma existente em Manual de Procedimentos. Previsão de conclusão de elaboração de Manual durante o 1.º trimestre do corrente ano.
- II (b) –** As condições de admissibilidade são, aleatória e regulamente confirmadas garantindo-se o cruzamento de dados pela existência de listagens de Técnicos Responsáveis acreditados por distrito, de autorizações do exercício das actividades de distribuição e/ou venda de produtos fitofarmacêuticos por DRAP e autorizações do exercício da actividade de prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos por DRAP, listagens disponíveis no sítio da DGADR em Produtos Fitofarmacêuticos, Lei de aplicação - Comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos
- III (c)-** Para além das listagens supracitadas, existe registo interno contendo datas de entrada de pedido e outra informação pertinente, em base de dados dinâmica, actualizado permanentemente.
- I (d) -** Processo em curso, conversão do fluxograma existente em Manual de Procedimentos. Previsão de conclusão de elaboração de Manual durante o 1.º trimestre de 2011.
- II (e) -** Existe registo interno contendo datas de entrada de pedido e outra informação pertinente, em base de dados dinâmica, actualizado permanentemente. Existem listagens de autorizações do exercício das actividades de distribuição e/ou venda de produtos fitofarmacêuticos por DRAP e autorizações do exercício da actividade de prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos por DRAP, listagens disponíveis no sítio da DGADR em Produtos Fitofarmacêuticos, Lei de aplicação - Comercialização e aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)					
Unidade Flexível: Divisão de Inspeção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Registo/Licenciamento de Operadores económicos	Licenciamento de Operadores económicos	Favorecimento no acto de licenciamento	Proposta: Chefe de Divisão Parecer: Director de Serviços DECISÃO: Director-Geral	<ul style="list-style-type: none"> ◇ A concessão de um licenciamento envolve sempre pelo menos a intervenção de 4 funcionários nas várias fases do processo em função das suas diferentes funções: 2 que elaboram o dossier técnico; o CD que efectua a avaliação e elabora proposta, o DS que emite parecer para o DG. 	<ul style="list-style-type: none"> ◇ O DG verifica o parecer do DS, que por sua vez verifica as propostas do CD, que analisa o cumprimento de todos os requisitos para o licenciamento
Emissão de etiquetas	Emissão de etiquetas	Favorecimento no acto de emissão de etiquetas	Técnicos Auditor DECISÃO: Chefe de Divisão	<ul style="list-style-type: none"> ◇ Processo incluído no Sistema de certificação de materiais de multiplicação de plantas onde há a participação de diferentes entidades. No caso das sementes, processo incluído no Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório de Ensaio de Sementes, pelo que a execução das várias actividades são sujeitas a controlo interno que incluem auditorias. 	<ul style="list-style-type: none"> ◇ PO 01A - Identificação dos lotes e gestão do serviço de amostragem ◇ PQ 4.14 – Auditorias Internas
Emissão de pareceres à importação de semente	Emissão de pareceres à importação de semente	Favorecimento na emissão de pareceres à importação	Técnicos DECISÃO: Chefe de Divisão	<ul style="list-style-type: none"> ◇ São realizados controlos internos aleatórios. 	<ul style="list-style-type: none"> ◇ O DS verifica periodicamente os processos dos pareceres emitidos, disponíveis em \\dgpc1\apada\Grupo s\DSFMMP\DSVRG\Partilha\Importação

Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)					
Unidade Flexível: Divisão de Inspeção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Inspeção das unidades industriais de tratamento de madeiras	Inspeção e registo das Unidades de tratamento de madeiras	Favorecimento no acto de inspecção	Inspectores fitossanitários/Técnicos MADRP Auditores DGADR DECISÃO: Chefe de Divisão	<ul style="list-style-type: none"> Participam diversas entidades, nomeadamente a DGADR e Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAs) e são efectuadas auditorias periódicas ao funcionamento de todo o sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> Inspector que intervém no registo distinto do que executa as inspecções oficiais, numa base contínua, nas instalações registadas para verificação da correcta realização dos tratamentos Auditorias semestrais à unidade de tratamento cujo âmbito inclui ainda a análise do desempenho do inspector
Emissão de passaportes fitossanitários para tratamento de madeiras de coníferas	Emissão de passaportes fitossanitários para tratamento de madeiras de coníferas	Favorecimento na emissão de passaportes fitossanitários. Não confirmação do tratamento fitossanitário efectuado.	Inspectores fitossanitários/Técnicos MADRP Auditores DGADR	<ul style="list-style-type: none"> Existem inspecções fitossanitárias em contínuo e auditorias periódicas que verificam o cumprimento da exigência fitossanitária 	<ul style="list-style-type: none"> Auditorias semestrais à unidade de tratamento cujo âmbito inclui ainda a análise do desempenho do inspector fitossanitário

Direcção de Serviços: Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)					
Unidade Flexível: Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Registo/Licenciamento de Operadores económicos	Licenciamento de Operadores económicos	Favorecimento no acto de licenciamento	Proposta: Chefe de Divisão Parecer: Director de Serviços DECISÃO: Director-Geral	◊ A concessão de um licenciamento envolve sempre pelo menos a intervenção de 4 funcionários nas várias fases do processo em função das suas diferentes funções: 2 que elaboram o dossier técnico; o CD que efectua a avaliação e elabora proposta, o DS que emite parecer para o DG.	◊ O DG verifica o parecer do DS, que por sua vez verifica as propostas do CD, que analisa o cumprimento de todos os requisitos para o licenciamento
Emissão de etiquetas	Emissão de etiquetas	Favorecimento no acto de emissão de etiquetas	Técnicos Auditor DECISÃO: Chefe de Divisão	◊ Processo incluído no Sistema de certificação de materiais de multiplicação de plantas onde há a participação de diferentes entidades. No caso das sementes, processo incluído no Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório de Ensaio de Sementes, pelo que a execução das várias actividades são sujeitas a controlo interno que incluem auditorias.	◊ PO 01A - Identificação dos lotes e gestão do serviço de amostragem ◊ PQ 4.14 – Auditorias Internas
Emissão de pareceres à importação de semente	Emissão de pareceres à importação de semente	Favorecimento na emissão de pareceres à importação	Técnicos DECISÃO: Chefe de Divisão	◊ São realizados controlos internos aleatórios.	◊ O DS verifica periodicamente os processos dos pareceres emitidos, disponíveis em \\dgpc1\apada\Grupo s\DSFMMP\DSVRG\Partilha\Importação

Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)					
Unidade Flexível: Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Certificação de semente	Certificação de semente	Favorecimento na certificação de semente	Técnicos Auditores DECISÃO: Chefe de Divisão	◇ Processo incluído no Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório de Ensaio de Sementes, pelo que a execução das várias actividades são sujeitas a controlo interno que incluem auditorias internas e externas. Igualmente existe uma definição de funções atribuídas a diversos funcionários a par com o sistema de rastreabilidade e de registos em prática.	◇ \\dgpc1\apada\Grupos\DSFMMP\DSVRG\Qualidade\SistemaQualidade.htm
Catálogo Nacional de Variedades (CNV)	Catálogo Nacional de Variedades	Favorecimento na inscrição de variedades no CNV	Técnicos Proposta: Director-Geral Aprovação: Conselho Nacional de Protecção da Produção Vegetal	◇ Todas as variedades candidatas aos CNV recebem um código interno, sendo durante todo o período de ensaios, apenas identificadas com esse código. A descodificação só é realizada após a tomada de decisão sobre a inscrição ou rejeição da variedade. As variedades testemunha e os critérios de avaliação são sempre previamente aprovados. As decisões são tomadas em Conselho Nacional de Protecção da Produção Vegetal. Está em fase de implementação de um Sistema de gestão de qualidade.	◇ PO 02D - Recepção dos processos ◇ PO 05D - Instalação condução ensaios

Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)					
Unidade Flexível: Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)					
Processos / Actividades susceptíveis de risco	Actos associados	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Medidas Preventivas	Controlo e monitorização
Produtos agrícolas produzidos no Núcleo de Ensaios e de Controlo do Escaroupim (NECE)	Produtos agrícolas produzidos no NECE	Venda de produtos agrícolas provenientes dos ensaios realizados no NECE.	Técnicos Responsável do NECE	<ul style="list-style-type: none"> Os produtos agrícolas obtidos no NECE são produzidos nos vários ensaios aí executados. Apenas podem ser vendidos os excedentes não usados nos estudos das variedades. Por ensaio calculada a sua produção. São mantidos registos sobre o destino dessa produção (ensaio, venda, doação, danificado). O cálculo da produção é efectuado por 2 funcionários, sendo o registo do seu destino da responsabilidade do responsável do NECE. 	<ul style="list-style-type: none"> Registo de Produção Recibo entregue aos compradores

ANEXOS

7. Princípio da Informação da Qualidade

Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

8. Princípio da Lealdade

Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

9. Princípio da Integridade

Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.

10. Princípio da Competência e Responsabilidade

Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

Edição : Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
Design : DPDI - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Coordenação : Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DGADR

Impressão e Acabamentos : DSIGA - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Distribuição : DSIGA - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática
Tapada da Ajuda, Edifício I, 1349-018 LISBOA
Telefs.: 21 361 32 00, 21 361 32 83
Linha Azul : 21 361 32 88 Fax: 21 361 32 77
E-mail: dpdi.pub@dgadr.pt - <http://www.dgadr.pt>

© 2010, DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR) RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR
AV. AFONSO COSTA, 3 - 1949 - 002 LISBOA



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGADR
Direcção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

2010

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRCIC), entregue ao Conselho de Prevenção da Corrupção de acordo com a Recomendação de 1 de Julho de 2009, representa o resultado de uma reflexão que envolveu muitos colaboradores desta casa.

O conhecimento por parte de todos os colaboradores da Direcção - Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) da existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRCIC) disponível na intranet e site desta Direcção-Geral (<http://intranet> e www.dgadr.pt), é condição sine qua non para o sucesso da sua aplicação.

Todos nós sem excepção contribuimos para a prossecução das atribuições da DGADR e devemos desenvolver as nossas tarefas tendo em conta os **Valores** (competência, transparência, inovação, partilha e equidade) desta Direcção-Geral, os **Princípios Éticos** da Administração Pública e a aplicação das **Medidas Preventivas** contempladas no PGRCIC.

O Director Geral



José R. Estêvão

Princípios Éticos

A DGADR, os seus dirigentes e colaboradores regem a sua actividade pelos princípios éticos da Administração Pública:

1. Princípio do Serviço Público

Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

2. Princípio da Legalidade

Os funcionários actuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito.

3. Princípio da Justiça e da Imparcialidade

Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, actuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

4. Princípio da Igualdade

Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

5. Princípio da Proporcionalidade

Os funcionários, no exercício da sua actividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da actividade administrativa.

6. Princípio da Colaboração e da Boa Fé

Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da actividade administrativa.



DECLARAÇÃO

Eu abaixo assinado, declaro sob compromisso de honra que não possuo qualquer interesse pessoal ou profissional que me impeça de intervir em procedimentos que visem a contratação pública, de iniciativa desta Direcção-Geral, bem assim como, de acompanhar projectos ou fiscalizar obras por esta adjudicadas.

Mais declaro, que surgindo qualquer incompatibilidade pedirei escusa de exercer essa função, justificando o facto superiormente.

Lisboa,



DECLARAÇÃO

Eu abaixo assinado, declaro sob compromisso de honra que não possuo qualquer interesse pessoal ou profissional que me impeça de intervir no procedimento que visa a concessão de autorização para colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos, atribuição desta Direcção-Geral.

Mais declaro que, surgindo qualquer incompatibilidade, pedirei escusa de intervenção no processo, justificando o facto superiormente.

Lisboa,

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

FICHA TÉCNICA

Editor: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da DGADR

Edição em suporte digital: 2011/05

Série Programação nº 54

ISSN 0872-993X

©2011, DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR),
RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, EXCEPTO AS FOTOS DE AUTORES EXTERNOS À DGADR,
DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À

DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR

Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA